

ATA N.º 7/2022

ATA SEGUNDA REUNIÃO
DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2022:

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Atouguia da Baleia, de Ferrel e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Anabela Correia Dias (PS), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Margarida da Silva Martins (PSD), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), Dina do Rosário Constantino de Carvalho (CHEGA), Tiago Brás Correia (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Rui Emanuel Pereira Lino (PSD), João Manuel de Jesus Gomes (PS) e Ana João Batalha Oliveira (PS), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para continuar os trabalhos da sessão ordinária do mês de dezembro, iniciada a 06 de dezembro de 2022, concretamente os seguintes pontos:

4.º - Período da ordem do dia:

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a composição do júri do procedimento concursal para a Chefia da Subunidade de Finanças (SUF) - Cargo Dirigente Intermédio de 3.º Grau;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a composição do júri do procedimento concursal para a Chefia da Subunidade de Obras Municipais (SOM) - Cargo Dirigente Intermédio de 3.º Grau;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a composição do júri do procedimento concursal para a Chefia da Subunidade de Desenvolvimento Social (SDS) - Cargo Dirigente Intermédio de 3.º Grau;

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o pagamento de despesas de representação ao Coordenador Municipal da Proteção Civil;

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2023;

13) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano de 2023;

14) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para lançamento de uma derrama, para o ano de 2023;

15) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para o ano 2023;

16) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2023;

17) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os documentos previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2023;

18) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2023;

19) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2023;

20) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2023;

21) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2023;

22) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano – Município de Peniche;

23) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;

24) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento possam conceder apoio financeiro ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche;

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e sete minutos, encontrando-se na sala vinte e quatro dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Tiago Brás Correia (PS), António José Antunes Vieira (PSD), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Rui Emanuel Pereira Lino (PSD), João Manuel de Jesus Gomes (PS) e Ana João Batalha Oliveira (PS), encontravam-se a substituir os senhores Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Ana João dos Santos Lima (PSD), Natália Susana Colaço Rocha (PS) e Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP), Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP), Rita Alexandra Santos Marçalo (PSD), Carolina Pereira Vala (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), Daniela Ramos Santos Ferreira (PSD), João André Carvalho Neves Silva (PSD), Jaqueline Machado Salvador (PSD), Carlos Alberto Reis Silva (PS), Sandra Cristina Machado de Matos (PS) e Filipe

Carlos de Glória Ribeiro (PS), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

A senhora Ana João Batalha Oliveira (PS) saiu da reunião após a votação do ponto dezassete da ordem do dia.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Afonso Rosário Costa Clara (GCEPP), Manuel Quinta Martins Salvador (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

(continuação)

8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CHEFIA DA SUBUNIDADE DE FINANÇAS (SUF) - CARGO DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 3.º GRAU:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia 25 de novembro de 2022.

Deliberação n.º 50/2022: Submetida a proposta (n.º 2549/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com quinze (15) votos a favor, dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Socialista (6) e da Coligação Democrática Unitária (2), e nove (9) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Chega (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, eleito pela Coligação Democrática Unitária (1), aprovar o júri de recrutamento do procedimento concursal para a chefia da subunidade de Finanças (SUF) - cargo dirigente de 3.º grau, com a seguinte composição:

Presidente: Dra. Anabela Braga Adónis, Inspetora Diretora da Equipa Multidisciplinar de Avaliação do Desempenho e da Gestão Administrativa e Financeira da IGAMAOT.

Vogais efetivos: Dra. Josselène Cristina Oliveira Nunes Teodoro, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, da Câmara Municipal de Peniche e Arq.^a Paula Cristina Leite Lavado, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Peniche. (Doc.34)

9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CHEFIA DA SUBUNIDADE DE OBRAS MUNICIPAIS (SOM) - CARGO DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 3.º GRAU:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do nono ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia 25 de novembro de 2022.

Deliberação n.º 51/2022: Submetida a proposta (n.º 2550/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com quinze (15) votos a favor, dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Socialista (6) e da Coligação Democrática Unitária (2), e nove (9) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Chega (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, eleito pela Coligação Democrática Unitária (1), aprovar o júri de recrutamento do procedimento concursal para a chefia da subunidade de Obras Municipais (SOM) - cargo dirigente de 3.º grau, com a seguinte composição:

Presidente: Dra. Anabela Braga Adónis, Inspetora Diretora da Equipa Multidisciplinar de Avaliação do Desempenho e da Gestão Administrativa e Financeira da IGAMAOT.

Vogais efetivos: Arq.^a Paula Cristina Leite Lavado, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Peniche e Dra. Josselène Cristina Oliveira Nunes Teodoro, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, da Câmara Municipal de Peniche. (Doc.35)

10) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A COMPOSIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CHEFIA DA SUBUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SDS) - CARGO DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 3.º GRAU:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia 25 de novembro de 2022.

Deliberação n.º 52/2022: Submetida a proposta (n.º 2551/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com quinze (15) votos a favor, dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Socialista (6) e da Coligação Democrática Unitária (2), e nove (9) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Chega (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, eleito pela Coligação Democrática Unitária (1), aprovar o júri de recrutamento do procedimento concursal para a chefia da subunidade de Desenvolvimento Social (SDS) - cargo dirigente de 3.º grau, com a seguinte composição:

Presidente: Dra. Anabela Braga Adónis, Inspetora Diretora da Equipa Multidisciplinar de Avaliação do Desempenho e da Gestão Administrativa e Financeira da IGAMAOT.

Vogais efetivos: Dra. Josselène Cristina Oliveira Nunes Teodoro, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, da Câmara Municipal de Peniche e Arq.^a Paula

Cristina Leite Lavado, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Peniche. (Doc.36)

11) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O PAGAMENTO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AO COORDENADOR MUNICIPAL DA PROTEÇÃO CIVIL:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo primeiro ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 25 de novembro de 2022.

Deliberação n.º 53/2022: Submetida a proposta (n.º 2562/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com vinte e quatro (23) votos a favor, dos membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Social Democrata (7), do Partido Socialista (6) e da Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção (1), do membro eleito pelo Chega, aprovar o pagamento de despesas de representação, atualmente no valor de 195,38€ ao Coordenador Municipal da Proteção Civil. (Doc.37)

12) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), PARA O ANO DE 2023:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo segundo ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião extraordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2022.

José Monteiro (CDU):

Disse que:

O IMI passou de 0,315 para 0,310 que, na sua opinião, ficou um pouco aquém do que seria expectável, inclusive, face à crise que se vive e ao agravamento que se espera no próximo ano. Referiu que nem sequer poderiam afirmar que seria uma prenda de Natal, tal o impacto que terá nas famílias, de qualquer modo tudo o que seja redução, tudo aquilo que se possa considerar como aligeiramento fiscal, para a Coligação Democrática Unitária é importante pelo que votarão a favor, mas crê que o executivo poderia ter ido mais além na redução das taxas.

Francisco Salvador (PSD):

Disse que:

Relativamente ao IMI, gostaria de saudar a redução de 0.05% na taxa, que sendo muito reduzida, não deixa de ser uma redução. Chamou à atenção de dois aspetos, primeiro a previsão da isenção ou compensação pelo IMI pago pelas associações, um reembolso ou isenção, uma vez que desconhece o que a lei prevê para estes casos, mas o

que importa é tratar do assunto rapidamente, porque é uma questão que anda a ser tratada há bastante tempo e urge, porque, para além das associações não terem recebido ainda a maioria dos subsídios que lhes foram concedidos, ainda têm de pagar este imposto que acaba por ser bastante injusto, segundo, existe no código do IMI, as minorações e as majorações e, no caso da majoração que é a 3%, relativamente aos prédios degradados, alertou que a lista é a mesma de há muito tempo para cá ou pelo menos é muito parecida e de longe se afigura o retrato da realidade dos imóveis degradados no nosso concelho, basta dizer que há freguesias que têm um, dois, imóveis degradados e sabe-se perfeitamente que não há freguesia que não tenha mais do que isso, e na cidade são quarenta os imóveis que estão considerados como degradados, mas todos sabem que só no miolo da cidade estão muito mais do que esses imóveis. Referiu que, em termos de efeito prático, para além de ser uma receita mais elevada para o Município é, também, um desincentivo aos proprietários de manter a situação como está, mas havendo uma sobrecarga do IMI pode fazer com que as pessoas pensem que provavelmente mais vale recuperar os imóveis ou pelo menos lhes dão uma aparência diferente, colocando no mercado mais habitação, mais alojamentos, o que quer que seja o destino a dar a esses imóveis degradados. Indicou que, na sua opinião, é um trabalho que se paga a si próprio, um trabalho que um técnico é capaz de executar na cidade, talvez numa semana ou até menos, e que pode ter um efeito bastante positivo para o futuro do concelho, não só no aumento de receita, mas naturalmente em soluções para muitos imóveis que se encontram degradados ou em vias de entrar numa grande degradação. Deu conta que iriam votar favoravelmente este ponto com a esperança que se resolvam os três aspetos que referiu, o reembolso do IMI às associações, a majoração dos imóveis degradados e, julga que, estará na posse da Câmara Municipal todas as soluções para estas observações.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

O propósito da Câmara Municipal é levar o IMI à taxa mínima, e faltam dois anos para ficar na taxa mínima.

Quanto ao IRS, seria bom, no final de 2023, conseguir descer mais um por cento, e não há nenhuma Câmara Municipal a descer um por cento, normalmente é 0,2% ou 0,5% e outros nunca mexem. Indicou que às vezes ficava na dúvida sobre quem tem razão, mas depende da gestão e dos resultados da gestão, mais do que impostos, receitas e despesas, interessa analisar as contas e o resultado de gestão dessas contas.

Em relação às questões que o senhor Deputado Francisco Salvador colocou, já se comprometeu que, no mês de janeiro de 2023, iria apresentar uma proposta, mas não é fácil.

Sobre as majorações, é muito mais que isso. Informou que, por norma, são dois ou três técnicos que trabalham este assunto, trata-se de uma informação muito exaustiva, uma análise que dá algum trabalho, e pensa que antes da pandemia estava a correr bem, inclusive tinha-lhes feito um desafio no sentido de atingir um conjunto de metas, mas hoje nem se atreve a isso. Disse, ainda, que aquele setor levou uma grande mexida, mas crê que está a chegar ao ponto que se pretendia, em termos estruturais e de organização, mas é a sua análise, há um outro objetivo que concordam não ser justo, mas que tem de aumentar, não é só a questão das minorações e majorações, é também o facto de muita gente não pagar IMI. Pensa que no primeiro trimestre do próximo ano, poderão tirar uma parte da reunião da Assembleia Municipal para ver isso, mas o propósito, como já referiu,

é fechar rapidamente o Plano Diretor Municipal, depois avançar com a contratação de duas ou três ARU's, mais ou menos ao mesmo tempo, e no seguimento disso tentar que estas questões relacionadas com o IMI possam ser trabalhadas de outra forma e que lhes tragam outros resultados. Está de acordo, não têm é condições para conseguir esses objetivos como gostariam.

Hugo Martins (GCEPP):

Disse que:

Gostaria de agradecer a forma como a Câmara Municipal, e os serviços tem disponibilizado a documentação, pois mais uma vez a informação, tem sido muito completa e permite uma boa preparação para uma Assembleia Municipal tão exigente, como esta, em que se trata assuntos importantes como as Grandes Opções do Plano, ou Orçamento Municipal para o ano de 2023 entre outros.

Relativamente ao IMI considera que esta redução é no fundo cumprir o que sempre foi dito pelo Grupo de Cidadãos Eleitos Por Peniche, que foi baixar o imposto municipal sobre imóveis, até a taxa mínima, mas de forma responsável e de forma gradual, pois é preciso manter o equilíbrio orçamental, nesse sentido irão votar a favor da redução deste imposto.

Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Pretendia chamar à atenção do Presidente da Assembleia Municipal que na última reunião a ata não foi aprovada em minuta, espera que nesta não haja esse esquecimento.

Sobre o tema em apreciação, referiu que a redução de impostos é sempre uma proposta que compete à Câmara Municipal fazer, e compete à Assembleia Municipal decidir, fixando os valores respetivos, é uma opção política de quem dirige a Câmara Municipal, e também dos membros da Assembleia Municipal que podem apresentar propostas no sentido de as alterar. Considerando tudo o que tem dito, nas últimas Assembleias Municipais que antecederam esta, espera um pouco de ousadia nesta proposta, e ousadia não significa uma proposta irresponsável da parte da Câmara Municipal, no sentido de redução do valor, mas considera que a Câmara Municipal deve apresentar uma proposta diferente. Disse, ainda, que a redução do IMI que está proposta, cerca de sessenta mil euros, terá um impacto de 99% na receita da Câmara Municipal e 1% na receita das quatro Freguesias.

Relativamente à questão do IRS, acha que era esse o imposto que deveria descer, considerando a situação social que o país vive, e que o concelho de Peniche também assiste, que traz consequências para as famílias. Acha uma questão de opção e considera que a opção deveria ser pela redução do IRS, obviamente, de uma forma responsável, que é o que todos estão de acordo. Sem haver oscilações em termos de arrecadação de receita, o valor até poderia ser o mesmo. Considera que esta questão da afixação dos impostos não é a melhor forma de funcionamento do poder local, porque as autarquias não deveriam estar sujeitas a esse tipo de decisões. Referiu que os valores a transferir para as autarquias locais deveriam ser fixos e dessa forma evitava-se essa situação. Julga que é uma das coisas que a lei das finanças locais tem de dar resposta e de resolver, relativamente à arrecadação de receita, esta questão dos impostos a continuar assim, com a lei em vigor, não é certamente a melhor solução para as autarquias.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Para além de concordar com a questão do IRS, se conseguissem baixar o IRS todo, às famílias que têm baixos rendimentos não beneficiariam nada, ou seja, a redução do IRS beneficiaria as famílias que têm maiores rendimentos, em números redondos, para a Câmara Municipal, enquanto 1% pode representar cerca de sessenta mil euros, 0,05% do IMI, aqui representará entre cento e sessenta e poucos mil a duzentos mil euros, e aí já nos deve obrigar a ter algum cuidado, porque não têm dinheiro a mais, e a Câmara Municipal precisa de milhões de investimentos, por isso devem fazê-lo de uma forma cautelosa, na sua opinião, seguindo a linha que estão a seguir, aumentando outro tipo de receitas. Referiu que, logicamente, se o IMI e o IRS à taxa mínima não poderia ser, porque o IRS é a participação Municipal e se levarem à taxa mínima deixam de receber o IRS.

Na última Assembleia Municipal referiu que em finais de 2023, pretendiam outros resultados, apesar de também estar curioso por saber os resultados do final do ano, até porque acha que se faz uma análise totalmente diferente daquilo que são contas e do que são orçamentos. Os orçamentos têm sempre uma previsão, aqui a previsão dos impostos, é mais ou menos objetiva, porque nesta altura do ano existe uma estimativa ou os valores quase a 100% que lhes permite isso. Referiu que os autarcas não gostam de cobrar impostos e gostaria muito, enquanto estiver à frente da Câmara Municipal, propor mais baixas nos impostos. Adiantou que, no final do ano de 2023, se a situação financeira da Câmara Municipal for favorável, mesmo que haja crise, avaliarão e provavelmente poderão propor a redução de um por cento ou meio por cento, será aquilo que se adequar às receitas que vão criar, às receitas que vêm dos impostos e outras formas de gestão, que também têm de dar resultados.

Relativamente aos trabalhadores que a Câmara Municipal tem no ativo, este ano e dos concursos que estão a decorrer, só os que estão em termos de acréscimo de despesa, ultrapassa os seiscentos mil euros, portanto, se tiverem uma verba que reduza o orçamento de estado para 2023, já o teriam feito em 2022, e a soma de todas estas variáveis permite-lhes, em determinada altura, se vão mais além ou não.

Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Não pediu nenhuma explicação do que está em discussão, fez uma avaliação política da proposta apresentada, acha que é uma opção de quem dirige a Câmara Municipal. Entende que não deveriam mexer no IMI e sim no IRS, e acrescentou que esta questão dos impostos não deveria, de maneira nenhuma, ser objeto deste tipo de discussão que fazem todos os anos. Referiu que, na sua opinião, todas as autarquias deveriam saber que, quando há uma lei das finanças locais, dinheiro têm para o mandato, ou que dinheiro têm durante o momento em que está em vigor a lei das finanças locais, e evitavam isto.

Se sabia que esta questão da entrada do IMI foi num dos inícios de mandato da Coligação Democrática Unitária e nunca afixaram o valor máximo, e poderiam tê-lo feito, mas nunca o fizeram.

Relativamente à questão do IMI, considerando que as autarquias receberam, gostaria que pudessem dizer qual o valor total da receita arrecadada, face ao que estava

previsto ao ano. Disse que gostaria que obter a resposta na Assembleia Municipal, se atingiram ou não os 100% da verba que estava projetada ou se ultrapassaram.

José Monteiro (CDU):

Disse que é a favor do princípio da boa gestão dos dinheiros públicos. Referiu que aceita a proposta enviada, não colocou isso em causa, obviamente, gostariam que fosse um pouco mais além, mas compreendem perfeitamente que a gestão está em primeiro lugar e se essa for a opção aceitam, até porque já foi dito que iriam votar favoravelmente.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que respondeu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, sobretudo por uma frase que usou: "*A Câmara Municipal deveria ter mais ousadia*". Referiu que gostariam de ser mais ousados em algumas questões. Concordou em absoluto que os Municípios não deveriam depender dos impostos da forma como o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, referiu, mas mais, a injustiça que provoca, em termos do país, é uma desigualdade completa.

Disse que, em relação às Câmaras muito ricas e às Câmaras muito pobres, ainda sobreviviam, mas há Câmaras que têm pouca receita e têm de se governar, algumas não fazem quase nada, fazem a gestão daquilo que é básico aos serviços que as autarquias têm competências para ter responsabilidades.

Deu conta que o valor da receita de IMI, em 2021, foi de quatro milhões e cinquenta mil euros, em 2022, o que estava previsto eram quatro milhões e setenta e seis mil euros. Referiu que a redução do IMI que está a ser proposta significará, à partida, menos sessenta e cinco mil euros, no entanto, perspetivam que possam conseguir aumentar a receita, mesmo reduzindo.

Deliberação n.º 54/2022: Submetida a proposta (n.º 2593/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (24) votos a favor:

1. Fixar a taxa de 0,8% para os prédios rústicos, para vigorar no ano de 2023, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;

2. Fixar a taxa de 0,310% para os prédios urbanos, para vigorar no ano de 2023, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;

3. Fixar uma majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados que tenham pendentes notificações municipais de intimação, nos termos do fixado no n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, para realização de obras, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto durar a situação ou não forem executadas as obras intimadas, ao abrigo do previsto nos n.ºs 8 e 15 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, conforme listagem com os prédios inseridos nesta situação em anexo;

4. Fixar uma minoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos localizados nos centros históricos do concelho que, tendo sido alvo de notificação municipal de intimação, nos termos fixados no n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, para realização de obras e tenham sofrido obras de recuperação devidamente comprovadas, ao abrigo do previsto nos n.os 6 e 15 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, conforme listagem com os prédios inseridos nesta situação em anexo;

5. Fixar as seguintes deduções fixas em euros da taxa de IMI para os imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, ao abrigo do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro: Um (1) dependente – 20,00 € (vinte euros); Dois (2) dependentes – 40,00 € (quarenta euros); Três (3) ou mais dependentes – 70,00 € (setenta euros). (Doc.38)

13) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO CONCELHO DE PENICHE, RELATIVAMENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2023:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo terceiro ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião extraordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2022.

Francisco Salvador (PSD):

Disse que:

A receita arrecadada no IRS foi inferior, e compreendem que haja o cuidado de não mexer nesses valores, para evitar ter uma descida maior na receita, mas devia fazê-los refletir o porquê de uma receita correspondente a 5% do valor do IRS pago pelos cidadãos residentes e com morada fiscal no concelho de Peniche, porque reduziu num ano de pandemia para um ano em que as coisas estão diferentes e a atividade económica devia de ser mais segura. Referem-se ao ano de 2021, porque a receita de 2022 só em 2023 é recebida, a receita desceu porque a atividade económica também desceu e os rendimentos coletados diminuíram porque houve uma mexida nas tabelas do IRS pelo governo. Presume que se deverá ter em conta que houve uma redução do rendimento das famílias e certamente em 2022 ainda vai se agravar mais. Comunicou que irão se abster nesta proposta. Compreendem que haja cuidado em mexer em coisas que estão assim, mas que deviam levar a uma reflexão profunda de o porquê de isto acontecer e tentar arranjar soluções.

Francisco Lourenço (GCEPP):

Disse que:

Relativamente ao IRS, só quem é claramente leigo na matéria de impostos é que não entende que uma redução do IRS só afeta a classe média/alta, porque quem tem mais dificuldades económicas, em que a crise os vai afetar mais, hoje já não pagam IRS, e como

disse o senhor Deputado Francisco Salvador, a reflexão é clara na redução dos impostos e muitos empresários em nome individual cessaram a atividade com a pandemia Covid-19, a questão é que os impostos são apurados no ano fiscal seguinte. Muitas empresas deixaram de pagar prémios e não se pode reduzir os vencimentos fixos, mas muitos trabalhadores têm partes variáveis em que recebem um adicional em função do desempenho de vendas e resultados e muitos têm renumeração variável, é uma prática muito recorrente em qualquer atividade e que depois todas estas receitas e impostos vão baixar. Indicou ser a favor da defesa de impostos, e reduzindo a receita do Município vai os beneficiar, mas não vai ajudar os mais carenciados. Essa verba provavelmente fará mais falta ao Município, e para contribuir, que se deia mais condições para as famílias mais carenciadas, e o Grupo de Cidadãos Eleitores defende que deve ser patrocinado o crescimento da economia e o aparecer de novos negócios para que se contribua mais receita. Assim que possível deve-se fazer o mesmo desafio que se faz a nível do IMI, sendo que só no Bombarral e Caldas da Rainha é que tem uma taxa inferior à do concelho de Peniche, todos os concelhos de limites têm taxas superiores, a redução do IRS é uma falsa questão.

Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Relativamente à questão de não se mexer no IRS porque os mais pobres não pagam, tem uma parte de verdade e quem tem uma perspetiva social da vida sabe que é assim. O facto de o governo mexer nas taxas das isenções, origina quebras de receita. Isto mais uma vez prova a evidencia que esta fixação de impostos é injusta, porque um governo que entrou há nove meses pode alterar tudo. E quem está no início do mandato confronta-se com essa realidade. Indicou que não concorda com a questão de fixar impostos, ano após ano, e a lei de finanças locais tem de evoluir nesse sentido, deve dizer-se que os municípios fazem a sua gestão tendo por base a arrecadação desses valores de impostos, e há outra coisa que o senhor Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino não disse que poderia dizer, há municípios neste país que têm tanto dinheiro que não têm a capacidade de resposta para o dinheiro que tem no banco, basta ir aos grandes centros urbanos, e se formos ao Algarve, era só escolher qual dos municípios é que queríamos, e esta questão das finanças locais veio demonstrar que este tipo de situação tem de ser alterada e tem de haver uma coisa que é, país. Referiu que iriam votar favoravelmente, como disse no ponto anterior, para a CDU a opção é esta não é a do IMI, mas têm de respeitar as opções, independentemente de competir à Assembleia Municipal a fixação da proposta para o ano que vem.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Para o ano apresentaria um estudo que fez, relativamente ao efeito prático da baixa do IRS nas famílias, é só ajustar os valores para ver qual o impacto que tem 1% em função dos rendimentos de cada uma das famílias, e pensa que é claro, a baixa dos impostos do valor de receita para a Câmara Municipal, se baixarem de 5% para 4%, também baixa esse valor e, logicamente, sabiam que ao baixar de 5% para 4% tinham a redução de arrecadação de impostos que podia ser compensado com o aumento do imposto, tem de se ver porque as contas ainda não estão fechadas, mas pensa que não vão conseguir, e admitiu que quando fizerem a análise nas propostas para aplicar em

2024, podem chegar à conclusão de não propor 1%, mas propor, como outros municípios fazem, valores mais baixos, e acaba por compensar de alguma forma e vai se conseguindo prosseguir aquilo que é o objetivo de todos. Disse que, na sua opinião, é um desafio muito interessante, o que o senhor Deputado Francisco Salvador referiu, a questão de avaliarem o porquê do nosso concelho ter a redução do IRS, porque acha que não têm redução do IRS, para já, não tem essa convicção, provavelmente ficam com valores aproximados, mas isso é sua consideração intuitiva. Indicou que há outra questão que não devem fugir, o hábito dos baixos rendimentos em Peniche, em relação a outros concelhos envolventes, é sistemático e é histórico, não podem refugiar-se, em termos de análise, nos rendimentos dos pescadores e dos operários conserveiros. Referiu que poderiam admitir que continua a haver fuga aos impostos de algumas profissões que trabalham por conta própria, mas isso também deve existir em outros concelhos.

Deliberação n.º 55/2022: Submetida a proposta (n.º 2591/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, por maioria, com treze (13) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (7) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e oito (8) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7) e pelo Chega (1), que a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano de 2023, para inclusão no orçamento municipal de 2024, seja de 4%. (quatro por cento). (Doc.39)

14) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, PARA O ANO DE 2023:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo quarto ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião extraordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2022.

Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que esta proposta merecia, da sua parte, inteira concordância, aliás, a derrama foi iniciada pela Coligação Democrática Unitária e consideram que faz todo o sentido. Referiu que era importante perceberem qual o valor recebido mais recentemente. Por outro lado, seria importante perceber o número total de empresas que pagam derrama, e se possível, não colocando em causa a proteção de dados, o nome das cinco primeiras empresas.

Francisco Salvador (PSD):

Disse que:

Também estava curioso para saber os dados que foram solicitados pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, mas, independentemente dessa

informação, referiu que o Partido Social Democrata, desde a altura que a Coligação Democrática Unitária estava no poder da autarquia, sempre foi contra por considerarem um desincentivo ao investimento de empresas no nosso concelho. Indicou que com o desenvolvimento do parque empresarial do Vale do Grou, como foi dito pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, esta situação seja invertida, simplesmente não concordam muito com o modelo que foi apresentado para aquisição dos terrenos e com o pedido de empréstimo, porque é depois disso que a Câmara Municipal vai ter uma maior necessidade de volume de receitas, e não se pode baixar a derrama, porque depois ficariam sem receita para pagar o empréstimo, não lhes parece que seja um modelo muito favorável. De qualquer forma, gostariam muito de ver aquele parque empresarial a crescer e a desenvolver-se, porque, na sua opinião, é fundamental para o concelho. Mencionou que já se fala naquilo há décadas, mas dar o passo em frente, ainda não foi dado. Disse, ainda, que se gastarem o dinheiro para criar o parque empresarial, não poderão baixar a recita e dar incentivos às pessoas que pretendem estabelecer-se no concelho, é uma situação um pouco melindrosa.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que iria manter o seu sentido de voto dos anos anteriores, não porque discorde do imposto, mas porque, na sua opinião, deveria ser encontrada uma plataforma para que as Juntas de Freguesia fossem tidas em consideração, uma vez que contribuem de forma determinante para o sucesso das empresas.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Também estava presente quando foi aprovado, a dúvida, na altura, era se seria 1% ou mais, apesar de ter entendido como justa, até pelas circunstâncias do momento, e entende que a derrama como imposto pode ter alterações, mas para si a derrama deve existir, pode não ser nos moldes atuais, é uma questão que tem dúvidas, mas é uma receita, no momento, importante para o Município, portanto, vão mantê-la enquanto entenderem isso, e enquanto as propostas forem aprovadas.

Em relação à questão que introduziu da zona empresarial de Peniche, da primeira unidade operativa do Vale do Grou, irão explicar.

Relativamente ao que o senhor Deputado Francisco Salvador colocou, é um desafio que não está de acordo. Referiu que estudaram a situação, entendem que não é uma situação muito exigente, é uma questão de engenharia financeira, é o comprar e vender e fazer investimos e, ao mesmo tempo, aguardar que possa ou não aparecer um financiamento, têm esperança que aconteça, mas não têm nenhuma garantia, a diferença é que se avançarem com uma participação, como apresentaram a primeira candidatura e por várias razões não foi aprovada, permitirá que os lotes possam ser vendidos a preços mais baixos, se forem adquiridos através de empréstimos e depois a infraestrutura ser da responsabilidade da Câmara, não havendo qualquer participação, logicamente o preço dos lotes tem de ser superior. Adiantou que, com isto, não pretendia dizer que não pudessem ter a possibilidade de apresentar algumas medidas que contemple o incentivo, nomeadamente àquelas empresas. Disse, ainda, que o assunto está estudado, têm números e durante 2023 eles serão apresentados, quer ver se conseguem fazê-lo rapidamente para desbloquear este processo.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Relembrou que fez duas questões, uma relativamente ao valor que tem, que possa dar, em relação a este imposto, e a outra se lhes poderia indicar o nome das cinco primeiras empresas que pagam mais, se não poder fazê-lo na Assembleia Municipal, poderia facultar por escrito.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Deu conta que o valor da derrama, relativa a 2021, era duzentos e oitenta mil euros, em 2022, pensa que seja trezentos e onze mil euros.

Relativamente aos nomes das empresas, disse que os números são públicos. Informou que solicitou recentemente que lhe confirmassem os valores que entraram e quais as empresas, assim que tiver a informação partilhará com os líderes dos grupos da Assembleia Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Agradeceu a informação, no entanto, chamou à atenção da Câmara Municipal e do senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em particular, que quem fiscaliza a Câmara Municipal é a Assembleia Municipal, e tem direito a perguntar e a ser esclarecida, e sendo uma sessão pública, têm direito a saber.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Referiu que, de facto, a Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador da Câmara Municipal, as receitas das empresas e a lista do pagamento de imposto não é competência do Município, é da Autoridade Tributária, a Câmara Municipal não tem de saber, no entanto, às vezes perguntam, mas quando lhes é dada é com alguma dificuldade.

Deliberação n.º 56/2022: Submetida a proposta (n.º 2592/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com dezasseis (16) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (6) e pela Coligação Democrática Unitária (3), duas (2) abstenções, do membro eleito pelo Chega (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, eleito pelo Partido Social Democrata (1), e sete (7) votos contra, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (6) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1):

1. O lançamento de uma derrama de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a 150 000€, a liquidar e cobrar no ano de 2023, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;

2. A isenção de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócio no ano anterior que não ultrapasse 150 000€, para os quais será fixada uma taxa de 0%, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;

3. A isenção de derrama para as entidades que tenham constituído e instalado a sua sede no concelho de Peniche nos anos de 2020, 2021 ou 2022, ou que tenham transferido a sua sede social para o concelho de Peniche no mesmo período, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro. (Doc.40)

15) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PARA O ANO 2023:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo quinto ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião extraordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2022.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Esta é daquelas coisas que merece concordância em pleno, e quanto maior for o valor melhor, porque já chega do cenário que nós temos montado nas zonas urbanas de cada uma das localidades, há cabos por todo o lado, e às vezes apetece passar e mandar tudo abaixo. Referiu que o direito de passagem deve ser assegurado, mas tem de haver bom senso, e se já existe um cabo para comunicações de uma entidade, pode e deve ser usado por outros, se existem zonas que têm tubagem onde passa um cabo de uma empresa, porque não passar o das outras. Indicou que aquilo que se verifica e constata é que nas zonas urbanas, particularmente na freguesia da Serra d'El-Rei, é o aumento brutal de cabos por todo o lado, portanto, direitos de passagem, quanto maior for o valor melhor. Relativamente a isso, o ideal é afixar o valor mais alto para as empresas aprenderem a trabalhar como deve ser, de forma ordenada respeitando o planeamento e o urbanismo, porque o urbanismo das localidades está a ser desvirtuado com tanto cabo por metro quadrado, têm de combater isso e quanto mais dinheiro se aplicar melhor.

Francisco Salvador (PSD):

Disse que:

Estavam em total acordo com a Coligação Democrática Unitária. Reforçou a ideia de que, de facto, para além da cobrança, que para as operadoras é quase insignificante e como receita para Câmara também não é certamente de grande valia, o controle dos cabos, que proliferam por todo o lado, sobretudo ninguém os retira, ou seja, quando há substituições de operadores e os operadores utilizam novos cabos não retiram a anterior. Referiu que no Bairro do Calvário há rolos e rolos de cabos e, não sabe se podem, mas têm de arranjar soluções, porque, de facto, estão a ficar enxameados de cabos. Deu conta que iriam votar favoravelmente.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que estão todos de acordo, têm todos de trabalhar nesse sentido, a Câmara Municipal, mas também a Assembleia Municipal, até porque foi constituída uma comissão nesse sentido e, na sua opinião, quando estiverem preparados, também a Câmara Municipal irá colaborar.

Francisco Lourenço (GCEPP):

Disse que todos os presentes concordam, por unanimidade, que é preciso disciplinar e o português só aprende pagando, porque se não lhes doer o bolso vão continuar a fazer, e o que está a acontecer com os cabos é quase como os cartazes pendurados nos postes das festas e das romarias, e adora festas, mas quem coloca deve retirar.

Deliberação n.º 57/2022: Submetida a proposta (n.º 2594/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal deliberou, de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 169.º da Lei n.º 16/2012, de 16 de agosto, e alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos, para vigorar em 2023, a fixação do percentual para efeitos de cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 169.º da Lei n.º 16/2012, de 16 de agosto, no valor máximo de 0,25%. (Doc.41)

16) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2023:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo sexto ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião extraordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2022.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Todos tiveram a oportunidade de ser ouvidos e tiveram a oportunidade de apresentar propostas. Agradeceu o facto de ter reunido com o senhor Vereador Afonso Clara e com a senhora Ana Rita Petinga, e tiveram a oportunidade de apresentar um conjunto de propostas, mas, no essencial, essas propostas foram apresentadas no início do mandato autárquico. Referiu que, naturalmente, muitas das propostas que apresentaram ainda não obtiveram uma resposta positiva, e sendo um anseio e uma aspiração irão continuar a lutar por elas.

A responsabilidade da proposta que está a ser discutida é, obviamente, do senhor Presidente e do Vice-Presidente da Câmara, porque fazem parte da mesma equipa política, mas também é responsabilidade de quem coopera na gestão municipal, neste caso os senhores Vereadores Ângelo Marques e Ana Batalha. Indicou que houve uma coisa que não compreendeu, que tem que ver com a atualização, no mínimo, de acordo com a taxa de inflação, ou um valor próximo, dos autos de transferências de recursos para as freguesias, não percebe por que não foi feito, pois o que estão a dizer é que esta atualização deveria ter presente a taxa de inflação que há anos é benéfica para quem preside à Câmara Municipal, que é 1.5%, 1.7%, 1.9%, não passa dos 2%, mas agora é 9.7%, a Coligação Democrática Unitária propôs entre 4% a 6%. Disse que conhece a posição do senhor Presidente da Câmara, mas do senhor Vereador Ângelo Marques, que partilha responsabilidades na gestão autárquica com este executivo, gostaria de saber o que fez

para alterar isso, porque existe aumentos com os trabalhadores destes autos, que vão alterar por completo os valores que as juntas de freguesia recebem e não tem a ver apenas com a atualização salarial, tem a ver com a questão do pagamento do subsídio de alimentação, de quatro euros e setenta cêntimos para cinco euros e vinte, que é legítimo e que estão de acordo, mas não podem ser as Juntas de Freguesia a pagar este aumento de funcionários que estão incluídos nos autos, e isto não significa que as Juntas de Freguesia não tenham de assumir o aumento de encargos com os funcionários que não fazem parte dos autos. Relembrou que existem funcionários que fazem parte de um documento que foi celebrado entre ambas as partes e que foi aprovado na Assembleia Municipal. Disse que não conseguia perceber, por um lado, a proposta e, também, que não haja ninguém a ajudar as freguesias a resolver este problema. Adiantou que estão perante um dilema, e certamente o senhor Presidente da Câmara poderá dizer que tem o mesmo problema com os seus funcionários, mas a Câmara Municipal, naturalmente, tem outros recursos e outros acessos que as Juntas de Freguesia não têm. Referiu que se olharem para a tabela de taxas, mesmo que os covais ou outro tipo de serviços do cemitério tenha um aumento de 9.7% que é a taxa de inflação, para que se atinga outros valores para pagar esses aumentos tem que se aumentar não 9.7% mas 90% o valor dos serviços do cemitério da freguesia. Disse que isto é uma questão que os preocupa e, certamente, outros colegas irão falar sobre isso, porque é verdade que é muito bom as pessoas terem aumentos, mas não é menos verdade que as freguesias não estavam e não estão preparadas para estes aumentos. Fez um apela para que a Câmara Municipal considere esta atitude, porque naturalmente estão todos para partilhar, ajudar, trabalhar em conjunto e em parceria, mas obviamente sem dinheiro não dá, portanto, gostaria que este assunto fosse reconsiderado, e se não for 9,7%, e teve a oportunidade de fazer a proposta, será 4.5% ou o valor que entenderem, mas que haja da parte da Câmara Municipal uma ajuda relativamente a isto.

Relativamente ao senhor Vereador Ângelo Marques, gostaria de perceber o que cada um fez para ajudar, considerando que as Juntas de Freguesia colocaram isso nas reuniões de auscultação das Grandes Opções do Plano, como a principal preocupação.

Relativamente à reunião de hoje, na sua opinião, decorreu muito bem, pois trabalharam todos em equipa. Agradeceu o trabalho técnico que lhes foi apresentado e discutido. Referiu que cada Presidente de Junta levou os seus juristas e arquitetos, assim como o conhecimento da realidade. Disse que não tinha dúvidas que algumas das conclusões da reunião foram importantes, uma delas a necessidade de se reunirem uma vez por mês para aprofundar, até porque têm a delegação de competências, os autos de transferência de recursos, mas depois há todo um trabalho, das matérias primas, das reuniões ou não de obras, das reuniões de coordenação entre Câmara Municipal e as freguesias.

Sobre a eclusa, parece ser uma coisa qualquer para Peniche e não é, a eclusa é fundamental para a segurança de Peniche, mas, mesmo sendo muito importante para Peniche, e sabe-o, porque acompanhou a obra e a dificuldade que foi, o que está feito hoje não é o projeto inicial que foi apresentado para a Câmara Municipal fazer, aliás, posteriormente foi objeto de uma outra intervenção. Referiu que das reuniões que teve a oportunidade de participar, do ponto de vista técnico, não há soluções ideais para a eclusa, até porque é uma coisa que ninguém consegue controlar, que são a natureza e a força do mar. Considera que a eclusa é uma matéria que merece muita atenção e gostou

da forma como foi abordado pelo senhor Presidente da Câmara, porque a eclusa é fundamental para a segurança das pessoas, dos bens, de todo o concelho.

Ficou agradado com a questão da reunião conjunta entre a Câmara Municipal de Peniche e a Câmara Municipal de Óbidos. Sugeriu que nestas reuniões pudessem estar presentes os Presidentes de Junta envolvidos.

Francisco Salvador (PSD):

Disse que:

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento são um plano estratégicos, cartas de intenção, que as Câmaras Municipais têm para a execução daquilo que são os seus objetivos, no entanto, está muito longe do projeto que o Partido Social Democrata teria como objetivo.

Ficou satisfeito de ouvir o senhor Presidente da Câmara falar da eclusa e de uma outra obra que consideram estruturante, a estrada do Báltico que para o concelho pode ter um significado muito grande, pela riqueza que advém daquele empreendimento com o acesso privilegiado à cidade de Peniche e às freguesias rurais, nomeadamente, à Freguesia da Serra d'El-Rei, e espera que tenha uma execução eficaz, no entanto, tem alguma desconfiança, porque ao ler os planos de anos anteriores, das Grandes Opções do Plano, eles apontam para metas muito grandes e depois parece que não há ligação entre o plano do ano passado e este, muito menos o de há cinco anos com o da atualidade, e o que lá está seria benéfico, como por exemplo, a construção do canil, que ainda está para ser construído e tantos outros projetos que foram apresentados em planos excessivos e que não têm sido executados e, para além disso, não passam de uns para os outros, parece que termina o ano e os planos das Grandes Opções do Plano são diluídos. Disse, ainda, que obra de raiz, idealizada e consolidada por este executivo, ainda não se viu nenhuma concluída.

Estão a viver uma época muito complicada, não são só as freguesias que vivem com dificuldades, são também as famílias, e no plano das Grandes Opções do Plano não há previsão de apoios concretos às famílias, e pelo que se viu relativamente àquilo que é a participação direta das famílias para a autarquia, também, não sofre nenhuma evolução significativa.

Por outro lado, há coisas que por vezes descartam, porque está a ser tratado a outro nível, mas como está muito longe de ter uma solução, gostaria de levantar aqui o problema dos transportes urbanos e dos transportes inter-freguesias, que são maus, muito maus e péssimos e, infelizmente, os péssimos são mais do que os maus. Lamentou que se possa apenas almejar uns transportes decentes quando for criada uma empresa intermunicipal de transportes, apesar de não ter bem que isso venha a ser uma realidade, e muito menos que tenha efetividade e eficácia para o nosso concelho, portanto, seria bom que houvesse alguma perspetiva neste capítulo para melhoria, e há coisas que não precisam de grande trabalho, é preciso acordar e negociar.

As alterações climáticas que estão na ordem do dia e teve oportunidade de ler com muita atenção o estudo feito pela NOAA - *National Oceanic and Atmospheric Administration*, uma agência nacional dos Estados Unidos, relativo aos oceanos e à atmosfera, conduzido pelo investigador Rick Spinrad que, com mais cento e cinquenta cientistas de trinta agências europeias, fez um cálculo baseado em dados anteriores e com previsões e, entre 1993 e 2017, o nível do mar subiu setenta e oito centímetros e, entre 2017 e 2050, é suposto crescer mais quase um metro e, também leu, num estudo do LNEC

- Laboratório Nacional de Engenharia Civil que para a orla costeira de Peniche o aumento de oitenta centímetros da maré pode ser dramática e trágica. Indicou que temos um istmo muito baixo, muito curto e pouco consolidado, trata-se de areias, um cordão dunar que é muito frágil, com construção por cima, como na zona da Prageira, e com o aumento de oitenta centímetros vai dar-se o caso de haver um alagamento, não permanente, mas sistemático nas marés mais altas que pode vir a ser responsável pela passagem de península a ilha como aconteceu, em anos anteriores, no Baleal. Disse, ainda, que a recorrência de fenómenos atmosféricos agudos trará graves problemas e seria bom, mesmo que não se seja ambicioso ao ponto de querer fazer obra para proteger, pelo menos estudar e pensar em aplicar algum do dinheiro que é aplicado no planeamento, como já se falou da reestruturação do planeamento da Barragem do Rio São Domingos.

Relativamente à estratégia local de habitação, deveria ser acautelado, não só proporcionar habitações às famílias que vivem em situações muito degradadas, em acampamentos e casas sem condições, como deveria haver o cuidado de prevenir campanhas de inserção na comunidade de pessoas que se sentem excluídas, talvez isso evitasse situações como as que aconteceram, há dois ou três dias, na Escola n.º 1, em que houve ameaças de agressão a professores, situações que são notícia de telejornal, felizmente em Peniche não foi noticiado, mas não deixa de ser preocupante, portanto, as campanhas de educação e inserção na comunidade são investimentos que não se veem muito, mas que se deve sentir, e isso era muito importante que estivesse refletido nas Grandes Opções do Plano e no orçamento.

Em relação ao setor do turismo, que consideram uma âncora, uma tábua para a economia local, pensa que deveriam ser verdadeiramente mais audaciosos, mais ambiciosos do que aquilo que se consegue transparecer nas Grandes Opções do Plano, e no orçamento. Referiu que não basta ter presença em feiras internacionais de turismo, em que se faz representar a OesteCIM e, depois, cada concelho apresenta os seus meios de propaganda. Referiu que não estava a criticar, o que é feito na altura dos campeonatos de surf e noutras atividades de grande expressão, e até nas pequenas atividades locais, promovem qualquer coisa mais, estava a falar também na animação local, no verão deve proporcionar às pessoas que nos visitam momentos que os faça recordar e querer voltar. Indicou que não se sabe exatamente quantos visitantes cá vêm e muito menos a certeza de que aqueles que estiveram aqui num determinado ano têm a intenção de voltar nos próximos anos, e para isso é preciso que as pessoas saiam daqui agradadas. Acrescentou que se a nossa meteorologia nem sempre ajuda no verão, porque temos condições meteorológicas menos apetecíveis do que outros espaços à beira mar, devemos, pelo menos, criar condições para que as pessoas sintam que têm atividade, que à vida cultural, e essa vida não se pode cingir, embora possa ajudar muito, à nova instalação que se pretende abrir a 10 de junho do próximo ano, na antiga central elétrica, pode ajudar com a realização de alguns espetáculos, mas a animação de rua também pode ajudar e não é tão dispendioso como se possa pensar.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação à questão da descentralização de competências para as Juntas de Freguesia e a questão dos recursos, deve perceber-se o que é descentralizado e o que é delgado e o que são competências próprias, porque o argumento e a forma como se colocam os assuntos, parece que continuam a ter o mesmo tipo de protocolos que tinham

anteriormente, não, os protocolos não são a mesma coisa e é isso que têm de entender, e não será apenas numa reunião, e irá procurar que as reuniões com os Presidentes de Juntas não sejam marcadas em dias que tenha outras reuniões marcadas para poder estar presente, até porque tem a experiência e está disponível e motivado para isso. Reforçou que, há pouco, falou num número, mantendo os trabalhadores que a Câmara Municipal tem, com os aumentos, a progressão na carreira e os subsídios, na ordem dos seiscentos mil euros, mas o número exato é setecentos e vinte e sete mil euros. Acrescentou que a Câmara Municipal vê algumas receitas subir, mas vê no orçamento de estado, no Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), reduzir duzentos e quarenta e sete mil euros, e duzentos e vinte e três mil euros para 2023, e por isso devem discutir isto tudo, não vale a pena estar a discutir a questão da inflação mais ou menos. Deu como exemplo o gasóleo, aumentam a comparticipação de gasóleo para as Juntas de Freguesia em 5% e à Câmara Municipal quem sobe. Adiantou que a cada Presidente de Junta cabe preocupar-se com as suas Freguesias, ele próprio tem de se preocupar com a gestão da Câmara Municipal, porque quando algo não der certo, quando estiver endividado ou desequilibrado o responsável é o Presidente, não são as propostas que são feitas, por vezes, na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal. Disse, ainda, que há coisas que foram discutidas na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, no mandato passado, por algumas pressões, que tiveram esse efeito, mas depois ninguém se lembra, porque as decisões são tomadas. Referiu que não valia a pena pedir para reconsiderar, na sua opinião, tinham de debater, de esclarecer, aprofundar, cada um tem os seus argumentos, mas têm todos de conhecer bem as situações. Adiantou que é bom colocar em cima da mesa quantos trabalhadores é que estão a ser suportados pelo orçamento da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia e foram delegados, para que é que foram delegados, quais são as participações feitas, qual a diferença entre esse número de trabalhadores e os restantes, estes assuntos têm de ser discutidos de forma séria com objetividade, não é com subjetividade. Referiu que, para si, a inflação é uma questão subjetiva, terão de ver os números reais, se quiserem com os números em cima da mesa, com os documentos em cima da mesa, está disponível para tudo, até porque é importante para o concelho, não só para as Freguesias, que isto se esclareça de uma vez por todas para este e para futuro mandato. Expressou que as coisas mudarem, inclusive, a delegação de competências levou muito tempo, mas, hoje, entende que deveria ter levado mais, porque ela não foi bem-feita, e nesse caso também responsabilidade, mas não se sente o mais culpado, mas vão reconsiderar a avaliação, as propostas, os propósitos e aquilo que está previsto, depois disso se tiverem de fazer alguns ajustes estarão disponíveis para o fazer.

Relativamente à questão da Eclusa, não estar de acordo com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, e o que vai dizer não é uma crítica a nenhum técnico, mas nunca se convenceu que os técnicos têm sempre razão, assim como os políticos não têm sempre razão. Referiu que não sabia se existia outra forma de fazer a Eclusa, senão coloca-se outra vez ali a ponte velha e resolve-se o problema, pelo menos da ponta pedonal para norte, que é onde estão concentrados a maior parte das saídas dos pluviais, porque com certeza não vão querer discutir, nos tempos de hoje, o que aconteceu e as decisões que foram tomadas em relação a Prageira e ao Porto de Pesca, os impactos que isso tem, ou admitem que estas situações vão acontecer, vão ter que se preparar, até porque estão integrados num plano que é da OesteCIM e tem que ver com a adaptação às alterações climáticas, como estão em outros plano, e bem, mas a situação de Peniche será dramática. Há pouco referiu-se que se tomaram medidas acertadas em

relação ao Baleal, pessoalmente não tem a certeza, mas não é técnico, não sabe se as decisões que foram tomadas não criaram situações de estabilização na baía norte, em relação às areias, é a sua convicção. Disse, ainda, que primeiro têm de resolver o problema da descentralização de competência com a Docapesca, a eclusa vem para o lado da Câmara Municipal, porque se não vier a situação não é resolvida, até porque a questão está referenciada há muito tempo, é uma dificuldade, mas como foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, estão todos de acordo com isto, têm de ter a forma de controlar as águas quando têm circunstâncias como tiveram nos últimos dias que podem cair dentro da cidade de Peniche, e na zona baixa podem ter grandes problemas, portanto, para evitar terão de decidir tecnicamente e quando estiver do lado da Câmara Municipal vão estudar e tomar decisões.

Em relação à reunião com Peniche e Óbidos, as questões não estão fechadas, há questões técnicas que têm de ser esclarecidas, mas foi uma chamada de atenção importante.

Quanto à estrada do Báltico, que é uma estrada muito importante para Peniche, para Ferrel, para a Serra d'El-Rei, para Óbidos e para a região. Deu conta que falou com algumas pessoas que o procuraram, assim como procuraram o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, estão a tentar encontrar uma situação que tenha cobertura regulamentar, um protocolo entre as duas entidades, procurar que seja uma situação equilibrada, pois o propósito é executar durante o próximo ano.

Sobre o apoio às famílias, não precisam de fazer propaganda ou de anunciar medidas, se tiverem de as tomar serão tomadas. Deu nota que esteve a dar autorizações para apoio à aquisição de medicamentos para famílias carenciadas, que têm de o demonstrar, existe o apoio ao arrendamento, e mesmo não parecendo, tudo somado são valores consideráveis, mas têm de apostar no apoio às famílias, e há uma coisa que não abdica que é apoiar pessoas que precisam de ajuda, que precisam de casa, e não é a todos os que pedem, até porque quer ser justo com aqueles que trabalham e que nunca tiveram sorte na vida, que nunca tiveram grandes rendimentos, e não vão ultrapassar o sistema que está estabelecido para a atribuição de casas, não será sob pressão. Referiu que as campanhas de inserção e de apoio, a Câmara Municipal tem neste momento um programa, uma candidatura a funcionar na Casa da Bica.

Esclareceu que os membros da Assembleia Municipal não fazem questões aos Vereadores, fazem questões ao Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores só falam com a indicação do Presidente da Câmara Municipal.

Vereador Ângelo Marques (PS):

Disse que:

Relativamente à questão do senhor Presidente de Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador, o que recomendou e deu a sua opinião foi que se deveria aprofundar as conversas com as Juntas de Freguesia.

Em relação ao que foi referido pelo senhor Deputado Francisco Salvador, está de acordo com a maior parte das coisas, no entanto, a questão da atratividade turística de Peniche, iriam esperar pelo final do mês de dezembro, porque, provavelmente, o número de dormidas, de faturação, relativos à hotelaria e empresas relacionadas com o turismo e similares, os valores serão consideravelmente mais elevados do que tiveram em 2019, ou seja, a inflação aumentou, logo os valores de faturação subiram, mas talvez tenham agradáveis surpresas em relação às dormidas na região Oeste, especialmente no concelho

de Peniche, e também na faturação dos restaurantes e empresas similares, todavia, reconhecia que ainda há muito a fazer, mas vão continuar a trabalhar.

Existe o quadro de relacionamento com as escolas, com o Ministério de Educação, com a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto e existe a possibilidade de, em 2023, realizar as finais nacionais do desporto escolar no nosso território, um sinal de que existe atratividade. Deu conta que haverá a bienal do mar, suas artes e suas gentes, irão trabalhar no sentido de combater assuntos de anualidade através deste evento, e neste aspeto concorda que teriam de trabalhar muito forte e apostar na divulgação de uma forma muito efetiva. Por outro lado, o facto de o concelho estar a ser procurado pela *Digital Nomads Association Portugal*, que identificou dez concelhos no território nacional para a possibilidade de se fazer um protocolo de colaboração no quadro daquilo que será a incubadora de empresas no novo edifício da Central Elétrica. Por outro lado, também os leva a crer que podem ter boas possibilidades de ter a candidatura de 1,5 milhões de euros dos bairros comerciais digitais que passou à segunda fase aprovada, e alavancar o comércio local e o turismo.

Quanto ao turismo, há questões que o preocupam e a questão da Polícia Municipal parece determinante, tendo em conta aquilo que são as precocidades do nosso território e a descentralização de competências para as Câmaras Municipais que ficam com as competências, mas depois no quadro do que é cumprir e fazer cumprir os regulamentos existem dificuldades. Referiu que, na sua opinião, a Polícia Municipal pode ter um papel muito importante naquilo que são as atividades turísticas.

Relativamente aos projetos da área social existentes, no orçamento e nas Grandes Opções do Plano houve essa preocupação, porque têm sessenta mil euros no contrato local de segurança. Adiantou que iriam reunir a Comissão Coordenadora, presidida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, conjuntamente com a senhora Secretária de Estado, com os representantes territoriais e distritais da Polícia de Segurança Pública, da Guarda Nacional Republicana e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, posteriormente, com os representantes locais, e vão trabalhar nos quatro eixos, que são a prevenção da eloquência juvenil, a eliminação dos fatores criminosos e, aqui sim, a redução de vulnerabilidades sociais e a promoção da cidadania e igualdade de género. Acrescentou que o Ministério da Administração Interna tem verbas que antigamente iam para o Governo Civil e com a sua extinção passaram a estar no Ministério da Administração Interna, que são verbas proveniente de jogos online da Santa Casa da Misericórdia, e essas verbas só podem ser canalizadas para este tipo de projeto ao abrigo do contrato local de segurança. Disse, ainda, que o objetivo é colocar este valor em orçamento, para poder dar aquilo que é a participação municipal, garantindo uma maior participação nacional. Informou que quando discutiram as questões do desporto e do turismo, reivindicou mais valores, mas tem de ser um processo contínuo. Referiu que também acredita e defende a questão da taxa turística, e defende também que algum valor dessa taxa turística deve mesmo reverter para aquilo que é atividade turística e para a promoção das atividades do concelho.

Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Conhecia os setecentos e vinte e sete mil euros referidos, relativamente aos aumentos, conhece e reconhece o corte de receitas proveniente do orçamento de estado de duzentos e vinte e sete mil euros, e quando falou no assunto falou no pessoal e falou

para o pessoal que está adstrito a este protocolo. Relembrou que na Assembleia Municipal de abril, quando outros colega defenderam o aumento a intercalar no valor para participar no gasóleo, disse que não fazia sentido nesta fase escolher isso, porque os combustíveis têm oscilação de preços, portanto, teve uma posição correta, relativamente aos combustíveis e mantém, mas a sua questão tinha que ver com o pessoal e o valor que iria incidir sobre esse pessoal.

Sobre a questão da eclusa, se o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, tiver uma solução técnica melhor que a Eclusa ela que venha, a Coligação Democrática Unitária apoiará. Referiu que o que conhecia era a opinião dos engenheiros do LNEC quando estiveram em Peniche e disseram que a Eclusa era a solução.

Gostaria de agradecer ao senhor Vereador Ângelo Marques a resposta dada, mas o mundial de surf foi muito importante para o concelho, e sem dúvida que o mundial de surf continua a ser o grande acontecimento desportivo que Peniche teve a felicidade de captar.

Vereador Ângelo Marques (PS):

Disse que a questão tinha que ver com a atratividade da cidade e do concelho, mas concordava e subscrevia o que foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que:

Em relação ao acordo da delegação de competências, gostaria de felicitar a Câmara Municipal pela reunião que decorreu hoje que, na sua opinião, correu muito bem, no entanto, lamentou que andassem trezes meses a solicitá-la.

Relativamente ao acordo de competências, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, falou dos problemas que o afligem na Serra d'El-Rei, mas Atouguia da Baleia são três terços do território do nosso concelho, é uma freguesia bastante exigente, fez algumas contas e só nos recursos humanos afetos ao acordo de competências vai haver um aumento em mais de vinte mil euros a sobrecarregar a Junta de Freguesia que têm encargos, manutenção de equipamento, o equipamento da Junta de Freguesia está a ficar devoluto. Referiu que o senhor Presidente quer renovar o equipamento da Câmara, a Junta de Freguesia tem muita dificuldade nessa área. Deu conta que receberam de encargos e de manutenção de equipamentos, quinze mil euros por ano, este ano já chegou aos trinta e cinco mil euros só com encargos de equipamento, a Junta de Freguesia recebe quarenta mil euros por ano para combustível, ao preço que está atualmente vai ultrapassar os sessenta mil euros por ano, e isto está a criar alguma instabilidade financeira na freguesia. Disse, ainda, que a Junta de Freguesia, além dos trabalhadores afetos no acordo de delegação de competências tem mais quinze ou dezasseis através do emprego apoiado, que também acarretam encargos para a Junta de Freguesia e, provavelmente, terão de prescindir de alguns deles, porque não os pode suportar, com muita pena sua, pois a grande maioria acaba por ser um apoio social que a Junta de Freguesia lhes dá.

Em caminhos agrícolas a Junta de Freguesia já gastou, este ano, mais de trinta mil euros em tout-venant. Aproveitou para convidar o senhor Presidente da Câmara Municipal a visitar os caminhos agrícolas na área da Freguesia de Atouguia da Baleia que

estão completamente degradados devido à intempérie que tem assolado o nosso concelho.

É o décimo terceiro orçamento que votará enquanto Presidente de Junta de Freguesia, e nunca se viu com esta dificuldade, pelo que não poderia aprovar ou votar favoravelmente um orçamento que vai colocar em causa o funcionamento da Freguesia, portanto, pela primeira vez iria votar contra o orçamento. Acrescentou que gostaria que isto se resolvesse, porque a Junta de Freguesia vai exercer as suas competências à mesma, porque estão delegadas, mas algum equipamento terá de ficar parado, terá de abdicar de alguns trabalhadores, pelo menos os que estão no emprego apoiado, porque os outros estão no quadro e não os pode mandar embora. Disse que irá exercer as competências com mais dificuldades e quem vai sofrer com isso serão os fregueses da freguesia, porque a Junta de Freguesia não vai poder dar as respostas que tem dado ultimamente. Reconheceu que, em termos de limpeza, a freguesia trabalha bem, têm ido a todas as localidades, mas esse serviço irá ficar penalizado, porque a freguesia tem muitas necessidades. Recordou que a freguesia de Atouguia da Baleia são três terços do concelho de Peniche e, na sua opinião, sem mais apoios dificilmente conseguirá exercer o seu trabalho como tem estado a exercer.

Hugo Martins (GCEPP):

Disse que:

Relativamente às Grande Opções do Plano para 2023, foi bom perceber que existem bons projetos para o concelho de Peniche, que já não aparecem neste documento, ou então aparecem de forma muito reduzida, é o caso da reabilitação das Muralhas de Peniche que já deveria ter acontecido há muito mais tempo, o mesmo aconteceu com a estabilização da Arriba do Porto de Areia Sul, e também dos passadiços em que está provada a sua utilidade, aliás, é preciso continuar esta aposta na baía sul. Referiu que a requalificação da Rua da Ponte Velha também está concluída. Em relação ao Forte da Consolação, um projeto que já começou há muitos anos, indicou que era preciso uma abordagem cuidada, tendo em conta os últimos desenvolvimentos, mas não poderiam desistir.

Referiu que, na apresentação que lhes é feita, fala, a seu ver, na importância que devem dar aos mais velhos, e o novo centro cívico, que já tem data marcada para a sua abertura, pode vir, sem dúvida, a ser um espaço agregador de gerações.

No passado recente, depois do trabalho realizado pela autarquia, e agora com o protocolo celebrado com o Governo, o quartel da Guarda Nacional Republicana em Atouguia da Baleia vai ser uma realidade.

É importante saber que vai continuar a existir a aposta na preservação do património natural como é o caso da Ilha das Berlengas e do cumprimento do Plano de Gestão do Pinhal Municipal.

Relativamente à Albufeira de São Domingos, vai ser feita a revisão do ordenamento.

Gostaria de salientar a importância da digitalização dos serviços municipais, que tem ocorrido nos últimos anos, porque se querem respostas mais rápidas é preciso intensificar esta aposta.

Em termos de futuro, as Grandes Opções do Plano, na sua opinião, dão um especial destaque à zona industrial do Vale do Grou, e estava à vontade para falar, porque em todas ou quase todas as sessões de esclarecimento que fizeram, falou da sua importância.

Indicou que não tem dúvidas que a acontecer, vai atingir todo o concelho de Peniche e vai ser um grande polo de desenvolvimento económico. Relembrou que, depois de saber que não era possível recorrer ao financiamento comunitário, foi importante constatar que a autarquia não irá desistir deste grande objetivo.

Um outro grande objetivo que está próximo de conquistar é o Parque de Ciência e Tecnologia Smart Ocean. Referiu que quando estas duas realidades estiverem prontas irão contribuir para o desenvolvimento económico que se ambiciona.

Também o chamou à atenção o facto de estar prevista, finalmente, a construção do Centro de Recolha Oficial Animal (CROA).

A realocização da marginal norte é urgente, diria que é uma obrigatoriedade a curto prazo, mas o senhor Presidente da Câmara Municipal já no andamento deste processo.

No ano passado, começou-se a intervir, e bem, no Campo da República. Confessou que ficou curioso quando leu que esta zona iria continuar a ser alvo de intervenção. Perguntou se o senhor Presidente da Câmara poderia adiantar mais sobre este assunto.

Deixou para o final o que considera ser a propriedade das prioridades, a Educação. Referiu que como se sabe a Educação está presente em todos os momentos da nossa vida, em todos os seres humanos e em todas as áreas da sociedade, e nesse sentido é significativo o facto de estar a ocorrer a revisão da Carta Educativa, um instrumento de elevada relevância para o futuro da nossa terra. Identificou-se com o reforço financeiro feito no orçamento de 2023, como tem ocorrido nos últimos anos.

Desde o primeiro dia é fácil perceber que temos uma Câmara Municipal focada a trabalhar nos diferentes quadros comunitários de apoio e revê-se nessa estratégia, porque é desta forma que irão recuperar os anos de atraso que têm, em relação aos outros concelhos, além de muitos problemas para resolver, somos um concelho que está vivo e a curto/médio prazo irão confirmar todo o potencial que temos.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Se precisa discutir o que se entende dos protocolos ou da delegação de competências das Juntas de Freguesias. Referiu que foi firmado um acordo entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, um apoio a um conjunto de trabalhadores, catorze, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, mencionou que contratou mais quinze, então e se contratasse mais trinta? Referiu que tem dito ao Chefe da Divisão do Ambiente e ao Encarregado Geral para aguentarem, inclusive, já assumiu que 2023 será um ano em que poderão correr o risco de baixar a qualidade do serviço que prestamos, nomeadamente da varredura e não só, porque se está a conter internamente, arriscando-se a ser criticado novamente, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, diz que a freguesia nunca esteve tão limpa, está bem, mas para isso contrato mais cinquenta na cidade e também nunca esteve tão limpa, e é isto que tem de ser discutido, os trabalhadores que a Câmara Municipal está a subsidiar é para quê, o que estão a fazer e por que é que há necessidade de contratar os outros, se é para fazer as obras, então está a Câmara Municipal a pagar as obras todas, está a dar o material, está a dar o salário, tudo isto tem de ser discutido e cada um tem de perceber quais são as suas responsabilidades. Acrescentou que se as Juntas de Freguesia entenderem que não tem capacidade para as

competências delegadas ou se a Câmara Municipal entender, algum dia, e espero que nunca aconteça e nem acho que é esse o caminho, que o trabalho não está a ser prestado, pode colocar-se a proposta à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal e voltar a assumir, novamente, todas as competências. Indicou que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador deu nota de alguns números, vão aprofundá-los todos, os mais vinte, os mais quinze e os sessenta mil, agora, da sua parte responsabiliza-se, as decisões de quem quer que seja, não se responsabiliza, nem aceita isso muito bem.

Nunca colocaram a questão do Tout-Venant e podem colocar em cima da comparticipação que é uma comparticipação certa, mas depois irão ver, até porque não quer aprofundar algumas coisas, mas esta semana transmitiram-lhe que isto não está protocolado. Disse, ainda, que na lei diz que os caminhos rurais são competências das Juntas de Freguesia, mas acha um absurdo, na sua opinião, a lei não se adequa à realidade do país, no entanto, à casos e casos. Referiu que deveria ser dada autonomia às Juntas de Freguesia, o Governo que faça isso e que separe, mas não o faz, porque deixa de ser o ónus em cima das Câmaras Municipais por causa da proximidade, e também para não haver o absurdo que é, como fariam os concelhos que têm dez vezes o nosso território. Acrescentou que o seu propósito é procurar esclarecer o melhor possível e tentar tomar as decisões que acha ser as mais justas, nunca funcionou muito bem com a pressão.

Pretendia agradecer o levantamento feito pelo senhor Deputado Hugo Martins. Referiu que algumas das áreas que colocou, são áreas da responsabilidade técnica, algumas delas foram propostas por alguns técnicos, outras foram iniciativas do Executivo. Foi referido pelo senhor Deputado Francisco Salvador que o Grupo de Cidadão Eleitores Por Peniche não fez nenhuma obra, nem pensou em nada, mas as Muralhas não existia nada, passadiços era um absurdo neste concelho virado ao mar com duas baías e toda a costa norte do concelho, não haviam projetos, mas entraram a 20 de outubro de 2017 e a 31 de dezembro de 2017 estavam apresentados três projetos para a baía norte que apenas foi aprovado à terceira, a arriba do Porto de Areia Sul não havia projetos, mas deu indicação para fechar o espaço, depois de fechado foi ao local com o Coordenador da Proteção Civil e, logicamente, não queriam assumir aquilo.

Adiantou que, neste mandato, estão a tentar pôr a casa a mexer, em relação a alguns processos, e depois têm alguns ajustes a fazer, um deles na Educação, que tem sido muito exigente, e depois a pressão que existe em relação aos serviços, pela atividade natural, nomeadamente o apoio às escolas, no que diz respeito ao conjunto de atividades que existe.

As atividades das associações, das instituições e das festas é uma pressão constante, os pedidos são quase todos em cima do acontecimento e param tudo. Referiu que, neste momento, têm outra equipa que querem ajustar, a equipa que veio do Parque de Campismo, porque ninguém foi despedido, e, no essencial, quem está a dar apoio às festividades do Natal é essa equipa.

O senhor Deputado Francisco Salvador há pouco não percebeu o que era o CROA, é o canil. Deu conta que fizeram a escritura de reversão do terreno esta semana, depois de muita discussão, tem a candidatura aprovada, o projeto está na parte final e a obra é para executar no próximo ano.

Em relação ao Campo da República vão ser feitas algumas intervenções, que não irá numerar, porque em termos de execução não sabe se iriam conseguir todas, mas há ali um investimento que nós respeitamos e que está para se concretizar, inclusive, pensa

que vão enterrar alguns dos cabos da E-redes, vão mexer no piso de uma via, procurar fazer alguns passeios, tentar resolver o problema de alguns contentores ecopontos e mais uma coisa ou outra, são coisas interessantes, mas não sabe em termos de concretização.

Presidente da Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que:

Ficava triste com estas respostas, de todas as formas. Alertou que o senhor Presidente da Câmara andou a fazer campanha eleitoral pelas diversas localidades da freguesia e prometeu às pessoas que, quem fosse eleito Presidente de Junta, pedisse materiais que a Câmara Municipal estaria disponível para fornecer os materiais, que fizessem obras que a Câmara Municipal estaria disponível para as Juntas de Freguesia. Recordou que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia não recebe nada, nem um saco de cimento, há seis meses, e gostava de ver se quando o Presidente da Câmara era Presidente de Junta de Freguesia conseguia governar uma Junta de Freguesia sem ter um saco de cimento durante seis meses. Disse, ainda, que, nos últimos seis meses, a Freguesia gastou quinze mil euros em materiais e não pode ser.

Como se falou em termos do protocolo, na cláusula oito do protocolo está explícito o seguinte: *“O presente auto pode ser modificado ou atualizado por acordo das partes, nomeadamente quando se verifica uma alteração das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão da transferência de recursos, objeto do presente auto ou se imponham razões de interesse público”*.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

A frase dá abertura para tudo, *“desde que estejam as duas partes de acordo”*, não é quando está uma parte em acordo e é por isso que precisamos aprofundar. Por outro lado, dizer às pessoas para pedir o material à Câmara Municipal para fazer as obras, sim, há uma prática e havia uma prática com a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e de mais algumas, não estava a dizer que não dava os materiais, o que disse foi que têm de assumir outra forma de atribuir os materiais à Junta de Freguesia, porque a partir do momento em que são chamados à atenção pelo Tribunal de Contas, em relação a procedimentos que no passado e no presente se fez, têm de arrepiar caminho, discutir internamente as questões com os técnicos, e quer que o avisem se estiver a fazer algo fora do procedimento. Referiu que a atribuição dos materiais não pode ser pela porta do cavalo, se tiver de ser presente a reunião de Câmara será, se tiver de ser aprovado pela Assembleia Municipal será, se for por subsídio, será, pois desde o momento que somos chamados à atenção não pode continuar assim.

Quando era Presidente de Junta pagava os materiais todos.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Gostaria que o senhor Presidente da Câmara explicasse por que razão há do orçamento de estado menos duzentos mil euros, a que se refere.

Relativamente à questão da descentralização e dos acordos que foram feitos no mandato anterior, é caso para dizer que avisou, porque, na altura, foi proposta e aprovada uma comissão para avaliar os protocolos e as competências, que obteve votos

contra na bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, e depois não houve nem discussão, nem contabilização que agora solicita, e bem, e mesmo que seja feita tarde o importante é que seja feita.

Lhe apetecia dizer aquilo que um dia destes o seu colega Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei lhe estava a dizer, que se fossem avaliar aquilo que é feito, pela Câmara Municipal nas freguesias, é recolher o lixo e mal, entretanto é quase, porque realmente pouco mais é feito, e depois se não há transferência, se não há obras, se não há mais nada, nem podemos sequer parabenizar.

É natural que as instituições e as associações tenham que fazer as festas e festinhas, é com o valor que recebem dessas festas que se desenvolve muita obra, até pública, que desenvolve e mantém as associações a funcionar e de porta aberta, para não acontecer aquilo que ninguém deseja que é ter associações e instituições fechadas, porque se não lhes são dadas verbas, se não se reembolsa o IMI, se não apoiam as festinhas elas fecham as portas. Disse, ainda, que se diz que não há dinâmica das pessoas, mas têm de estar lá, pois ainda este fim de semana vão montar um palco, no sábado de manhã, para receber mais de sessenta crianças de um grupo de dança, tem de se fazer o esforço para ser apoiado e valorizado.

Relativamente ao orçamento, é sempre necessário, nesta altura, fazer um balanço daquilo que é o ano que está a terminar, o orçamento que está a terminar, sendo que só se faz o balanço normalmente com a prestação de contas, em abril, mas como existe algum histórico é possível fazer o balanço. Referiu que a palavra que tem para este orçamento é que ele está a ficar coerente, e como não têm levado nada do que está no orçamento, ele vai descendo, há cada vez menos valores em orçamento. Deu como exemplo o cemitério, pois desde que assumiu o cargo de Presidente de Junta, no mesmo ano que o senhor Presidente assumiu a Presidência da Câmara Municipal, os sucessivos orçamentos tiveram cento e quarenta mil euros para o cemitério, tendo sido aplicado cerca de oitenta mil euros na compra dos terrenos, mas esses cento e quarenta mil euros estavam previstos para a obra, os outros vinte mil euros foi para materiais do segundo alargamento que a Junta de Freguesia fez, sobrou quarenta mil euros. Acrescentou que na obra da Nossa Senhora da Guia, no orçamento de 2021 e 2022, tinham quarenta mil euros em cada um, ou seja, oitenta mil euros que nunca ninguém os viu. Falou no ordenamento da ilha do Baleal que desapareceu no último orçamento de 2022, esteve previsto nos sucessivos orçamentos cento e cinco mil euros, nunca lá foi investido qualquer valor. Indicou que, em termos gerais falam de duzentos e vinte mil euros que foram sendo propostos e que não foram investidos, a mesma coisa acontece com o de 2022 com a obra dos passeios pedonais do centro da freguesia de Ferrel, em que está previsto quarenta mil, o ano está a acabar e sabem que lá, não foi investido nada, no orçamento para 2023, aparecem os tais cinquenta mil euros, e é impossível alguém acreditar que vão ser executados, no entanto, espera estar enganado.

Teria de dizer que não guardava expectativa para a reunião de hoje à tarde, mas teria de dizer a verdade e assumiu-o na reunião, e espera estar engando com o orçamento, porque na transferência para as Juntas de Freguesia todos os anos aparecem os tais quarenta mil euros, este ano subiu para oitenta mil euros, mas nunca viu nenhuma transferência para obra nenhuma, nem para coisa nenhuma, porque nunca foi feita, e já lá vão cinco orçamentos.

Podia dizer que, para além disto tudo, destas questões que os seus colegas das freguesias rurais referiram, relativamente aos acordos destes investimentos todos,

poderia dizer, então, mas fizeram asfaltamentos, não, nenhuma rua foi asfaltada em Ferrel este ano, e houve largos meses de asfaltamentos desde as últimas eleições autárquicas, e nenhuma, desde aí, foi asfaltada em Ferrel. Mencionou que estiveram as máquinas da Câmara Municipal em frente ao Balealcoop, mas as massas eram da direção da Balealcoop, segundo lhe foi informado, se não fosse isso podiam ser os contratos de obra, mas como disse o seu colega Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, eles também já pararam, já não há materiais, pelo menos poderiam fazer os projetos de arquitetura para aquilo que necessitavam, mas também já não faz, temos que contratar fora, têm de aplicar fundos e no fim disto tudo poderia, e deu como exemplo, não voltar a dizer aquilo que disse o ano passado, que este ano se lembraram e tiveram um apoio para a iluminação de natal, para não ser só na cidade o que a Câmara Municipal faz, mas não, foi mais um ano em que a Câmara Municipal colocou iluminação de natal só na cidade, portanto, chegam ao final de um ano e não vêm onde é que o município interveio relativamente à freguesia de Ferrel.

Relembrava que realmente a reunião de hoje, além de muito agradável, foi realmente muito produtiva, veio tarde e más horas, mas veio, e esperam que realmente decorra este tipo de reuniões ou mapa de obras, ou aquelas que forem de forma mais recorrente, porque, por vezes, à assuntos tão simples que levam três meses, seis meses, um ano e nunca têm uma resposta, assim se reunirem com alguma frequência é possível atalhar caminho em alguns assuntos mais simples. Adiantou que, de facto, a reunião aconteceu, acabou por duvidar que pudesse acontecer, pois a reunião seria no dia em que ia ser votado o orçamento, mas não, houve efetivamente, falaram sobre os procedimentos, avançou-se trabalho, mas compromissos políticos de investimentos ou de outra questão qualquer não foram tomados.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse que:

Confirmava que materiais eram pagos pela Freguesia de Peniche e anteriormente pela Freguesia da Ajuda.

Em relação à reunião da transferência de competências que decorreu hoje, houve uma troca de emails, daí não ter estado presente. Teve conhecimento que discutiram licenciamentos, um dos temas que a Freguesia de Peniche não aceitou, muitas das alíneas que estavam em cima da mesa não foram aceites pela freguesia, assim como não aceitou a freguesia da Atouguia da Baleia, em 2019, porque não tinham capacidade para isso. Pensa que aquilo foi precipitado, e voltou a repetir, não era só o terreno da Freguesia de Atouguia da Baleia que tem de ser posto em causa, também tem de haver um parâmetro por quilómetro quadrado. Concorda que a Freguesia de Atouguia da Baleia é maior, em termos de área, mas em termos populacionais é a Freguesia de Peniche, logo o habitante por quilómetro quadrado tem de ser uma métrica dentro desse protocolo, depois conseguem resolver outras situações.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação à solicitação de informação, houve redução no fundo de equilíbrio financeiro, no que é fixo.

Em relação às festas e festinhas, acha que as festas e festinhas são importantes, mas não podem destabilizar completamente aquilo que é o funcionamento das áreas da

Câmara Municipal, tem de haver articulação, porque se de repente, no concelho, tiverem dez festas no fim de semana ou se começa à sexta-feira, isto é uma destabilização completa, e uma das exigências, em relação às festas, é aquilo que antigamente não existia, e os outros concelhos é que têm razão, aqueles que não compram tendas ninguém tem tendas. Em relação à Junta de Freguesia de Ferrel é fácil dar um apoio, porque é um apoio dirigido ali e às vezes há essa participação e, logicamente tem de haver, a Atouguia da Baleia dá, mas tem mais dificuldade, a Serra d'El-Rei resolve por si só, apenas de vez em quando é que pede uma coisa ou outra nessas situações. Referiu que ninguém está contra as festas e as festinhas, têm é que saber conjugar os dois lados, porque se não param os pedreiros, param os canalizadores, param os homens dos sinais, param a carpintaria, e não é um dia ou dois dias, é uma exigência muito grande e nós temos de nos articular.

Em relação aos materiais, quando entrou comprou um Dumper com dinheiro da Junta de Freguesia, e era a única Junta de Freguesia que não recebia dinheiro da Câmara Municipal, mais tarde veio a descobrir, já como Presidente da Câmara, que a Serra d'El-Rei teve direito a uma retroescavadora paga pela Câmara Municipal, acabou também por perceber, depois de ser Presidente da Câmara, que a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei era a única que tinha um assistente técnico participado, mas está tudo bem, o senhor António Salvador foi Presidente da Junta de Freguesia durante doze anos, e gostava que ele dissesse quais eram os apoios que tinha e os materiais que tinha, porque a verdade é que comprei o dumper, e o estaleiro da Câmara Municipal não era onde é hoje, era onde é a feira e aquilo não estava alcatroado nem nada, e quando diz que ele era roubado, é porque toda a gente ia buscar areia, Tout-Venant e o dumper era mais prático.

A Nossa Senhora da Guia é para assumir, foi dito na última reunião que estavam a trabalhar com uma empresa que contrataram para elaborar o plano de mobilidade, sustentável, um contrato chave na mão, fazem o plano e ajudará com as candidaturas, pois se houver a oportunidade de apresentar uma candidatura para aquela área ou para área abrangente avançarão, é esse o objetivo. Logicamente que a Câmara Municipal dá os materiais, mas a decisão não vai passar de 2023.

Em relação à questão de que nunca saiu dinheiro da verba prevista no orçamento para as freguesias, saiu sim.

Em relação ao Balelacoop, aquela era uma situação que se arrastava há muito tempo, os espaços foram cedidos pela Balealcoop e foi feito um acordo, eles participaram com materiais e com mão-de-obra e a Câmara Municipal participou com outro material.

Relativamente aos asfaltamentos, não conhece todos, mas houve uma grande intervenção em Ferrel, naquilo que entenderam ser justo naquela fase, mas foi um número considerável de asfaltamentos, houve um no Baleal Sol Village I, e depois andou um pouco por todo o concelho, com a exceção da Serra d'El-Rei. Admitiu que em Atouguia da Baleia, concretamente numa ou outra aldeia, possam ter exagerado. Disse, ainda, que deveriam perceber quais os asfaltamentos necessários.

Relembrou que assumiu um compromisso com o senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos, assim que o processo estiver feito e as massas estiverem disponíveis irão começar aquela obra, só depois de a acabar é que farão o resto.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que, relativamente aos asfaltamentos, o senhor Presidente da Câmara acabou por dizer o que tem dito, efetivamente não disseram que não estavam de acordo em asfaltar o Balela Sol Village I, o que disseram foi que no mandato anterior havia um plano de asfaltamento para quatro anos, foi isso que lhes foi transmitido pelo senhor Presidente da Câmara, e fizeram e depositaram muito tempo, porque fizeram as coisas com medições e tudo. Depois, a única coisa que referiram foi que o Baleal Sol Village I que tinham proposto para 2021, foi precisamente o que foi iniciado em 2018, foi só isso, não eram contra, foi totalmente ao contrário. Referiu que, em 2021, houve efetivamente um conjunto de ruas asfaltadas, ruas muito pequenas como as do centro histórico, no centro por trás da Igreja, um conjunto de ruas apenas em 2021, já para não dizer que são os quatro, porque aí conseguiriam ter uma área de cobertura, em consideração àquilo que é a necessidade, e convenha-se, se não tivesse sido grande coisa feita, pelo menos o asfaltamento em ano de eleição seria feito, e foi.

Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Na altura do senhor Presidente da Câmara, Jorge Gonçalves, a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei tinha quatro funcionários pagos pela Câmara Municipal, com a Câmara Municipal presidida pelo senhor António José Correia, passou a ter três funcionários pagos, tiveram uma infelicidade e dos quatro funcionários que tinham, três faleceram no prazo de dois anos, ficou um. A Câmara Municipal no tempo do senhor António José Correia pagava a três e não a quatro, e desses três pagava a dois auxiliares de limpeza e a uma administrativa, portanto, a Câmara Municipal não fez nenhum favor à Serra d'El-Rei.

A máquina retroescavadora que o senhor Presidente da Câmara falou está em nome da Câmara Municipal. Lembrou que aquela máquina foi comprada para duas freguesias, Ferrel e Serra d'El-Rei, Ferrel desistiu.

De facto, a Junta de Freguesia comprava muitos materiais, a senhora Presidente de Junta de Peniche, Teresa Lopes, há pouco confirmou isso, mas também não é menos verdade que a Junta de Freguesia levava muitos materiais da Câmara Municipal, levava aqueles que podia, mas como disse, e bem, nem sempre havia dinheiro para comprar, e quando a Troica cortou nos cofres, o senhor Presidente era líder de bancada, e não foi duzentos e vinte e sete mil euros que o Presidente da Câmara referiu aqui hoje, a Troica, nesse ano tirou dois milhões de euros à Câmara Municipal de Peniche.

Quando se fala na questão das freguesias, sabe o que são autos e o que são delegações de competências, o que são contratos de obras, sabe isso tudo, e também sabe que há uma realidade que não pode colocar de lado, a Câmara Municipal tem de ser sensível a um problema, na sua opinião, que é, põe de parte o combustível e o aumento das matérias primas, mas a questão do pessoal, estão a falar de aumentos que são discutidos pelos sindicatos e impostos pelo Governo e têm de cumprir, logo gasta-se mais dinheiro, no entanto, recebem, há dois anos, o mesmo valor da Câmara Municipal, que não atualizou no primeiro ano, não está a atualizar no segundo e estão a caminho do terceiro ano.

Quando era Presidente da Freguesia da Ajuda, a Câmara Municipal era do Partido Socialista, dava zero de valor para a freguesia da Ajuda, mas foi consigo, enquanto Vice-Presidente da Câmara Municipal, que a Freguesia da Ajuda passou a ter um protocolo com a Câmara Municipal e passou a receber dinheiro mensalmente.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que que era por isso que teriam de discutir e a proposta ia nesse sentido, e se chegarem à conclusão que a Câmara Municipal tem de fazer um ajustamento, que o faça com retroativos, o problema é que não aceita mais 3% ou mais 4%, terão de compreender o que cada um faz, o que é da sua responsabilidade e a partir daí definir.

José Monteiro (CDU):

Reforçou a questão da Rua 13 da Infância, para que aquele espaço não seja esquecido e apesar de poder vir a ser uma obra dispendiosa, isso não deve impedir que aquele espaço se degrade no tempo.

Perguntou qual o ponto de situação das concessões, nomeadamente a Nau dos Corvos.

Quando se falou no asfaltamento e arruamentos colocou-se a questão da requalificação da Estrada Principal da Bufarda, sobretudo a ligação entre o Alto Veríssimo e a Bufarda. Qual o ponto de situação.

Disse ser verdade que a Carta Educativa é importante e por isso ela já foi aqui referida, e a Coligação Democrática Unitária comungam da mesma opinião, mas não deixava de constatar alguma preocupação, confirmando algumas que sempre teve, relativamente à delegação de competências.

Deliberação n.º 58/2022: Submetida a proposta (n.º 2597/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com treze (13) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7) e pelo Partido Socialista (6), quatro (4) abstenções, dos membro eleitos pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), e oito (8) votos contra, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2023. (Doc.42)

17) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2023:

A Assembleia passou à apreciação do décimo sétimo ponto da ordem do dia, tendo apenas usado da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião extraordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2022.

Deliberação n.º 59/2022: Submetida a proposta (n.º 2599/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com treze (13) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7) e pelo Partido Socialista (6), quatro (4) abstenções, dos membro eleitos pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), e oito (8) votos contra, dos membros eleitos pelo Partido

Social Democrata e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar os Documentos Previsionais Município de Peniche, para o ano de 2023. (Doc.43)

18) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2023:

A Assembleia passou à apreciação do décimo oitavo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião extraordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2022.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

A Coligação Democrática Unitária iria abster-se na votação, mas, na última reunião, perguntou se a Câmara Municipal tem seis e noventa e sete trabalhadores, subtraindo o pessoal das Atividades de Enriquecimento Curricular. Referiu que, na sua opinião, a Câmara Municipal está a ficar com muito trabalhador por metro quadrado e irá chegar uma altura que tem de parar, porque o orçamento da Câmara Municipal reflete isso mesmo, um valor financeiro muito significativo para pessoal. Reconhece que a questão das reformas é inevitável e há alguns caso que as pessoas acabam por falecer, mas não lhe parece que este seja o caminho indicado e, há pouco, antes desta discussão colocou a questão, como exemplo, dos polícias municipais, porque não lhe parece que a Câmara Municipal tenha necessidade disso, a necessidade que a Câmara Municipal tem é de falar com as forças de segurança, porque é preciso colocar a Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana na rua e não nos espaços comerciais.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que a questão do mapa de pessoal tem de ser interpretada, e deu o exemplo dos Chefes de Divisão, que têm dois lugares no mapa de pessoal, um lugar de técnico e um lugar de Chefe de Divisão, mas há outras questões, até porque não é possível esclarecer a questão das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

Deliberação n.º 60/2022: Submetida a proposta (n.º 2607/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por maioria, com doze (12) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (4) e pelo Chega (1), e onze (11) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano 2023.

O senhor Henrique Estrelinha (PS) não estava presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.44)

19) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2023:

A Assembleia passou à apreciação do décimo nono ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação das propostas da Câmara Municipal, relativas aos pontos dezanove, vinte e vinte e um, aprovadas por unanimidade, em reunião extraordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2022.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que o seu sentido de voto seria de abstenção, primeiro, porque tinha de ser solidário, institucionalmente, com o senhor Presidente da Câmara, uma vez que andou no últimos dois, três anos a falar de uma obra muito importante, a serra mistura, que não vai ser realizada, e também porque não vê alternativa, segundo, porque não poderia deixar de assinalar que o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, de há três anos para cá, não ouve as freguesias deste concelho.

José Monteiro (CDU):

Relativamente ao projeto designado por “infraestrutura de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais – Remédios – Peniche”, perguntou se este projeto envolvia apenas esta área ou se outras áreas circundantes, referindo-se, nomeadamente, a norte do edifício Verde Mar, onde ainda não há ligação à rede de saneamento básico, julga que por falta de capacidade do coletor que está a sul do edifício Verde Mar.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação ao que foi referido pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, da serra mistura, foi uma opção, estiveram a analisar tecnicamente, e estão a ser estudadas outras opções para o abastecimento de água, no entanto, não há dúvida que terão de reforçar as condições de abastecimento de água no concelho, mas pode não ter que ver com esta obra.

Sobre não se ouvir as Juntas de Freguesia, não se recorda de ter sido ouvido pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, mas pode ser corrigido com muita facilidade.

A obra dos Remédios tem a ver com o facto de existir uma escola com cerca de duas mil pessoas e algumas habitações, e não há saneamento, ou seja, o saneamento de toda aquela zona vai para uma fossa perto do mar. Referiu que aquela obra, a ser executada, será com capitais próprios dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

A obra não é a sul do Verde Mar, é a norte e a poente, mas é uma zona muito grande, mas admitiu que teriam de estudar este assunto. Recordou, quando era

Presidente de Junta de Freguesia, que na Travessa da Fialha havia pessoas que reivindicavam saneamento e, a determinada altura, alguém na Câmara Municipal perguntou se queriam saneamento ou alcatrão, ou seja, acabou por ser asfaltado, mas o saneamento está por fazer, pois são obras muito exigentes. Para além disso, deu conta que existe a Avenida Papa Paulo VI, que atravessa a península e que é uma rua estrutural para a cidade, há outra rua junto à Fonte da Nora que tem de ser vista.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Indicou que foi dito que o reservatório seria feito este ano, espera estar enganado, mas como compreenderão já ouviu isto algumas vezes.

Deliberação n.º 61/2022: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e um (21) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (2), e três (3) abstenções, do membro eleito pelo Chega (1), pelo senhores senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, eleito pela Coligação Democrática Unitária (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2023. (Doc.45)

20) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2023:

A Assembleia passou à apreciação do vigésimo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 62/2022: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e um (21) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (2), e três (3) abstenções, do membro eleito pelo Chega (1) pelo senhores senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, eleito pela Coligação Democrática Unitária (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2023. (Doc.46)

21) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2023:

A Assembleia passou à apreciação do vigésimo primeiro ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 63/2022: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por maioria, com dezasseis (16) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (6) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e oito (8) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7) e pelo Chega (1), aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2023. (Doc.47)

22) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS IDENTIFICADOS EM ORÇAMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE OUTROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUE OS ENCARGOS FINANCEIROS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99 759,58 EUROS EM CADA ANO - MUNICÍPIO DE PENICHE:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do vigésimo segundo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião extraordinária, realizada no dia 29 de novembro de 2022.

Deliberação n.º 64/2022: Submetida a proposta (n.º 2577/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção (1), pelo membro eleito pelo Chega (1):

1. Conceder autorização prévia favorável à assunção dos compromissos plurianuais pela Câmara Municipal ou pelo Presidente da Câmara Municipal, conforme caiba a autorização da despesa, previstos nas Grandes Opções do Plano para 2023, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.

2. Delegar no Presidente da Câmara Municipal a autorização para a assunção de compromissos plurianuais, não previstos nas Grandes Opções do Plano para 2023, que não excedam os 99 759,58€ € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não excedam os três anos, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da LCPA. Os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação serão dados a conhecer à Assembleia Municipal. (Doc.48)

23) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS IDENTIFICADOS EM ORÇAMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA

ASSUNÇÃO DE OUTROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUE OS ENCARGOS FINANCEIROS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99 759,58 EUROS EM CADA ANO - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:

A Assembleia passou à apreciação do vigésimo terceiro ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 65/2022: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção (1), do membro eleito pelo Chega (1):

1. Conceder ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento autorização prévia favorável para a assunção dos compromissos plurianuais previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2023, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.

2. Delegar no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento a autorização para a assunção de compromissos plurianuais, não previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2023, que não excedam os 99 759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não exceda os três anos, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação serão dados a conhecer à Assembleia Municipal. (Doc.49)

24) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO POSSAM CONCEDER APOIO FINANCEIRO AO CENTRO SOCIAL DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do vigésimo quarto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 25 de novembro de 2022.

Deliberação n.º 66/2022: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea v) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6), pela Coligação Democrática Unitária (3), e pelo Chega (1), conceder autorização ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche para deliberar sobre a concessão de apoios financeiros ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, no ano 2023, até ao valor máximo de 35 000,00 € (vinte e cinco mil euros). (Doc.50)

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 67/2022: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo uma hora e vinte e cinco minutos do dia dezasseis de dezembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a segunda e última reunião da sessão ordinária do mês de dezembro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal, realizada no dia 28 de abril de 2023, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
